



**OS INTERESSES MANIFESTADOS
NO JOGO SOCIAL DA FUMICULTURA
NO VALE DO RIO PARDO/RS: UMA
ANÁLISE DO PERÍODO DE 2002 A 2005**

**THE INTERESTS MANIFESTED IN THE SOCIAL GAME OF TOBACCO
CULTIVATION IN THE RIO PARDO VALLEY/RS: AN ANALYSIS OF THE
PERIOD 2002 TO 2005**

OS INTERESSES MANIFESTADOS NO JOGO SOCIAL DA FUMICULTURA NO VALE DO RIO PARDO/RS: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2002 A 2005

THE INTERESTS MANIFESTED IN THE SOCIAL GAME OF TOBACCO CULTIVATION
IN THE RIO PARDO VALLEY/RS: AN ANALYSIS OF THE PERIOD 2002 TO 2005

Rodrigo Luís Melz¹ | Rafael Kruter Flores²

Recebimento: 25/01/2021

Aceite: 20/07/2023

¹ Mestre em Administração (UFRGS).
Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia Sul-Riograndense. Lajeado – RS, Brasil.
E-mail: rodrigomelz@ifsul.edu.br

² Doutor em Administração (UFRGS).
Professor da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul. Porto Alegre – RS, Brasil.
E-mail: rafael.flores@ufrgs.br

RESUMO

Este artigo visa analisar os atores sociais e seus interesses na fumicultura no Vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul, no período de 2002 a 2005. Trata-se da região que possui a maior concentração de lavouras de fumo no Brasil, e onde se encontra um complexo de indústrias fumageiras. Lá, a fumicultura é desenvolvida por agricultores familiares em um sistema integrado de produção que consiste em contratos com indústrias transnacionais. O período estudado foi selecionado por compreender disputas em torno da ratificação brasileira da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, um Tratado que teve como o objetivo frear a epidemia mundial do tabagismo. As análises tiveram como referência a Teoria da Produção Social, de Carlos Matus, que possibilitou identificar atores sociais, fatos sociais e os interesses manifestados pelos atores. Foram constatadas a existência de relações de conflito entre fumicultores e indústria quanto à distribuição de renda e condições de trabalho. No que se refere ao controle ao tabaco, foram identificadas relações de cooperação entre fumicultores e indústria; e de conflito entre esses e governo brasileiro e organizações antitabagistas. O estudo aponta que a ratificação brasileira à Convenção-Quadro não alterou as regras básicas do jogo social da fumicultura na região.

Palavras-chave: Fumicultura. Vale do Rio Pardo. Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Teoria da Produção Social. Jogo Social.

ABSTRACT

The objective of this article was to analyze the interests manifested in the period 2002-2005 by social actors who are interested in tobacco cultivation in the Rio Pardo Valley in Rio Grande do Sul, the region with the highest concentration of tobacco plantations and tobacco industry complex in Brazil. There, the cultivation of tobacco is developed by family farmers in an integrated production system that consists of contracts with transnational industries. The period studied was selected because it comprises disputes over the Brazilian ratification of the Framework Convention for Tobacco Control, a treaty with the objective of curbing the global tobacco epidemic. The analysis of this study had as main reference the Theory of the Social Production of Carlos Matus, that allowed us to identify social actors, social facts and the interests manifested by the actors. We could observe the existence of conflict-of-interest relationships between tobacco growers and industries regarding the distribution of income and working conditions; cooperative relations between tobacco growers and industry and conflict between Brazilian government actors and anti-tobacco organizations in social issues associated with tobacco control. It was also concluded that the Brazilian constitution and ratification of a global tobacco control agreement did not change the basic rules of this social game.

Keywords: Tobacco Farming. Rio Pardo Valley. Framework Convention for Tobacco Control. Theory of Social Production. Social Game.

INTRODUÇÃO

O Brasil é o maior exportador e o segundo maior produtor de tabaco do mundo, sendo que quase um quarto dessa produção é feita no Vale do Rio Pardo (VRP), localizado no Rio Grande do Sul (Buainain e Souza Filho, 2009). A região também concentra a maior parte das empresas fumageiras transnacionais que atuam no país. Essas indústrias organizam um sistema integrado no qual estão inseridos pequenos agricultores que lhes fornecem a matéria-prima (fumo): o Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), que consiste em contratos entre as indústrias do tabaco, que fornecem insumos agrícolas e assistência técnica, e os fumicultores que se comprometem a comercializar toda a sua produção com as empresas (Buainain e Souza Filho, 2009). Além de não haver relação empregatícia, os trabalhadores, que se submetem a condições laborais insalubres, ficam com uma margem de retorno financeiro muito pequena. A título de ilustração: do valor total de uma carteira de cigarros comercializada no Brasil, apenas 4,40% correspondem à margem de lucro que fica com o agricultor: o restante é distribuído em tributos e retorno para indústria e comerciantes (AFUBRA, 2023). Quanto ao impacto na geração de emprego e renda no País, no último ano do recorte de



análise realizado nesse estudo, 2005, a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) afirmava que o setor era responsável por 2,4 milhões de empregos diretos e indiretos, sendo 236 mil famílias de pequenos agricultores dedicadas à fumicultura. No total, e, 2005 esses produtores receberam o valor bruto de R\$ 3,65 bilhões pela sua produção (Brasil, 2005; AFUBRA, 2023).

O contato cutâneo com as folhas de fumo e a utilização de agrotóxicos provocam doenças agudas e crônicas, intoxicações, problemas de ordem neurocomportamental, além de poluição ambiental (Etges *et. al.*, 2002; Eichle e Troian, 2009). Quanto à saúde dos consumidores de produtos derivados de tabaco, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou, no final do século XX, que a expansão do tabagismo havia se tornado uma epidemia mundial. Em um contexto de pressões por parte da própria OMS e do movimento antitabagismo, em 1999, juntamente com os Estados Membros das Nações Unidas (ONU), a OMS propôs o primeiro tratado internacional de saúde pública da história, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), com o objetivo de proteger as gerações presentes e futuras dos malefícios do tabagismo e contrapor as estratégias das indústrias transacionais do tabaco (Brasil, 2004).

A CQCT, além de objetivar a redução do tabagismo, prevê a constituição de cooperação internacional para que os fumicultores tenham apoio técnico e financeiro para migrarem para outras atividades economicamente viáveis. Esse Tratado passou a ser amplamente divulgado e discutido no VRP a partir do ano de 2002, e seu processo de ratificação pelo Brasil se estendeu até 2005. Foi, portanto, um período de disputas sobre o tema e manifestações de interesses por diversos atores sociais que mobilizaram pessoas e organizações de toda a região. Ainda hoje, persiste entre os fumicultores a ideia de que a CQCT visava acabar com a produção de fumo (Troian, Eichle e Dal Soglio, 2014). Entretanto, passadas quase duas décadas da sua ratificação, não ocorreram alterações expressivas na atividade da fumicultura no VRP (AFUBRA, 2023).

A pesquisa relatada neste artigo partiu de um interesse em investigar quais eram os atores sociais envolvidos na temática e, principalmente, de que maneira atuaram diante da possibilidade de o Governo Federal ratificar um tratado internacional com possíveis efeitos na produção de fumo. No tocante ao tema, na área de pesquisa dos autores, os Estudos Organizacionais, destacam-se as pesquisas de Boeira (2002; 2006). Em sua tese de doutorado, Boeira (2002) desenvolveu dois conceitos



operacionais para dar conta das relações entre os atores envolvidos na fumicultura: rede estratégica e rede multifragmentária. A primeira, composta pela indústria do tabaco, seus aliados e representantes, promove o SIPT que determina as relações entre fumicultores e indústrias. Já a rede multifragmentária é composta por organizações e pessoas que protagonizam embates com as corporações do tabaco. Segundo o autor, estes membros realizam ações descentralizadas, o que dificultaria suas pretendidas ações antitabagistas e antifumo. Boeira (2002) afirma que essas duas redes entram em confronto, sendo que a rede estratégica leva vantagem nesses embates, vantagem que pode ser explicada pela centralidade de membros que coordenam todas as demais partes na rede: o Sindicato da Indústria do Fumo (SINDIFUMO)¹ e a empresa Souza Cruz. Já na rede multifragmentária não existe ator central que coordene o conjunto das partes ou fragmentos, o que explicaria seu insucesso. Portanto, na abordagem daquele pesquisador, a análise de poder fica restrita à forma de organização de cada rede em separado. Seu argumento deriva da análise de poder pautada na posição que um componente ocupa na rede (central ou periférica) (Nohria, 1992; Powell e Smith-Doerr, 1994). Os atores listados por Boeira (2002) estão alocados de forma estática em uma das duas redes, não apresentando capacidade de transição de sua posição e em suas relações ao longo do processo. Dessa maneira, a análise perde de vista que atores são dotados de distintos recursos de poder que se modificam durante o processo através de sua ação, e que não obedecem a leis determinísticas.

Por perceber essas limitações nas abordagens utilizadas para analisar o tema, recorreremos à Teoria da Produção Social (TPS) de Carlos Matus. Para Matus (1997, p. 570), o ator social é “uma personalidade, uma organização ou agrupamento humano que, de forma estável ou transitória, tem capacidade de acumular força, desenvolver interesses e necessidades e atuar produzindo fatos na situação”. Esses atores atuam e produzem jogadas no jogo social de acordo com sua situação e os interesses que perseguem. Ao elaborar uma formulação própria para ator social (que será apresentada mais adiante), Matus (1997) se opõe à categoria de agente da teoria econômica tradicional, que considera o ser como esvaziado de suas características humanas, um mero sujeito da dinâmica de mercado. A TPS foi desenvolvida por Carlos Matus para dar suporte ao seu método

1 A partir do ano de 2008 a entidade passou a ser denominada como Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco SINDITABACO, nas análises dessa pesquisa a entidade será mencionada como SINDIFUMO devido a sua nomenclatura no período estudado.

de planejamento de governo, o Planejamento Estratégico Situacional (PES). Entretanto, a teoria vem sendo utilizada para a análise da ação de atores em situações de poder compartilhado (ver, por exemplo, Misoczky, 2002; Costa e Goulart, 2011; Pinto, Misoczky e Flores, 2017; Barragán-Martínez, 2023). Na presente pesquisa também será feita essa utilização da TPS, sem aprofundar a análise com o método do PES.

O artigo analisa os fatos sociais produzidos no período de 2002 a 2005 no tocante à produção de tabaco, com o objetivo de identificar os interesses nas jogadas produzidas pelos atores sociais interessados na fumicultura no Vale do Rio Pardo durante o período de 2002 a 2005. Embora a limitação temporal tenha se balizado pelos momentos de constituição e negociação da Convenção-Quadro, ela não se limitou aos fatos estritamente relativos ao Tratado, mas abrangeu todos os fatos relevantes encontrados nos dados coletados no que se refere jogo social no período de estudo.

O próximo item apresenta a teoria da produção social de Carlos Matus. Posteriormente, serão apresentados os procedimentos metodológicos do estudo; a análise dos dados encontrados, feita através de um relato da produção social e da análise dos interesses em disputa no jogo social da fumicultura no VRP durante o período estudado; e uma síntese das relações de conflito e de cooperação no jogo social. Finalmente, são feitas as considerações finais.

A TEORIA DA PRODUÇÃO SOCIAL

A TPS é uma das elaborações do economista chileno e ministro do governo de Salvador Allende, Carlos Matus, que foi um dos maiores estudiosos sobre planejamento de governo na América Latina. Um conceito central da elaboração teórica de Matus é o de situação. Ele refere-se ao ator da explicação, e se afasta da ideia de diagnóstico, que é impessoal e fala em terceira pessoa. A situação constitui um espaço de produção social, se refere à totalidade, relevante para a ação do ator (Matus, 1997). O conceito de situação é definido por Matus (1997, p. 219) como

a explicação da realidade, elaborada por uma força social em função de sua ação e da sua luta com outras forças sociais. Ela refere-se ao ator da explicação, seus oponentes e aliados, suas ações, às ações de seus oponentes e aliados, assim como à realidade social construída no processo social. Essa realidade apresenta-se como dada num certo momento da formação social, mas é produto da luta constante por manter, reproduzir e transformar o sistema.



A explicação ou “a análise situacional como explicação prática própria de um ator no jogo social só tem valor (mesmo que nem sempre tenha suficiente rigor) em virtude do autor que fala, do dono da explicação, de quem se responsabiliza pelo que diz” (Matus, 2005, p. 180). Para Matus (1997), o ator é guiado por motivações pessoais e sociais, a sua conduta é imprevisível, é capaz de ser protagonista refletido e de inovar o processo de produção social. Segundo Matus (1996b, p. 204), para ser entendido como tal, um ator social deve preencher tais requisitos: possuir ação criativa; ser produtor e produto do sistema social; possuir projeto que orienta sua ação; produzir fatos no jogo social; participar de um jogo parcial ou do grande jogo social; ter organização estável, que lhe permite atuar com o peso de um coletivo razoavelmente coerente, ou ser uma personalidade, com presença forte e estável, atraindo uma coletividade social; acumular perícia, emitir julgamentos, produzir atos de fala e jogadas.

Já a produção social dos atores sociais pode ser vista como um circuito em que toda produção realizada por esses supõe a utilização dos recursos de poder e de acervos. Os atores sociais atuam no jogo através de suas habilidades e recursos de poder disponíveis, sendo que os recursos críticos variam conforme cada jogo social. Matus (1997; 1996a) elenca alguns desses recursos que podem ser utilizados pelos atores sociais em um jogo: recursos econômicos, recursos políticos; acervo de valores; acervo de conhecimentos; recursos legais; e recursos naturais incorporados. Além de não estarem limitados a estes e variar de acordo com o jogo, os recursos e acervos podem aumentar ou reduzir, além de se alterarem qualitativamente conforme a produção do ator em cada jogada. Segundo Matus (1997, p. 109), “toda produção social reverte ao ator-produtor como acumulação social (ou desacumulação) de novos recursos econômicos, de poder, reafirmação, questionamento ou surgimento de novos valores e acumulação de novos conhecimentos”.

Para facilitar a compreensão do processo de produção social, Matus (1997) utiliza a analogia do jogo. Deste modo, alteram-se gradualmente as relações de poder no jogo, até um extremo em que alguns tenham possibilidades certas de ganhar e outros de perder. Nessa situação, os primeiros ampliam significativamente o espaço de variedade de seus movimentos possíveis, enquanto os segundos o reduzem diante da alternativa de derrota. O jogo social pode ser entendido como “a arena onde ocorre a prática política e se exerce o governo. É um meio conflituoso, competitivo e



cooperativo entre os jogadores ou atores participantes” (Matus, 2005, p. 56). Esse jogo possui regras fundamentais prévias a sua prática que constituem as genoestruturas, que definem o espaço possível de jogadas. As genoestruturas são mantidas pelos atores que se beneficiam delas, enquanto os prejudicados buscam modifica-la para criarem novas regras. Quando as genoestruturas são alteradas, provocam grandes mudanças na história. O jogo social também possui fenoestruturas, que são as capacidades de produção de fatos sociais, de bens e serviços econômicos e de valores, e que só ocorrem dentro do espaço permitido pelas genoestruturas. Além disso, há os fluxos de produção, que são fatos sociais, jogadas eventos, ações e bens gerados ou condicionados pelas fenoestruturas.

A força de determinado ator é a capacidade de produção social relacionada ao seu poder. Indica a capacidade de produção de operações e atos de um ator. O poder “tem relação com a motivação de um ator, já que expressa a capacidade para sustentá-la” (Matus, 1996b, p. 110). Segundo Matus (1996b), a motivação de um ator social é constituída pelo valor que atribui a uma jogada e pelos interesses que persegue no jogo social. O valor atribuído por um ator a uma operação é a importância que ele confere em relação aos objetivos que persegue no jogo. O jogador pode qualificar o valor numa escala que o indica como muito alto (MA), alto (A), médio (M), baixo (B) e muito baixo (MB). Essa importância depende do impacto que a operação terá sobre o patrimônio do ator, seja ele político, econômico ou organizativo.

Já o interesse de um ator social é “a intenção ou o propósito com que utilizará sua força” (Matus, 1996b, p. 104). O interesse define o apoio, a oposição ou a indiferença de um ator na jogada ou fato social e em relação aos demais atores do jogo social. Conforme Matus (1996b, p. 104) “o interesse indica o sinal da posição ou intenção do ator, com respeito a uma operação”. Matus (2005) indica três posições, ou graus de interesse e seus respectivos sinais: a primeira é o apoio (+), quando há benefício atribuível à realização da jogada, e é estabelecida relação de cooperação com atores com o mesmo sinal e de oposição com sinal contrário: o ator empregará sua vontade e força para produzir a jogada. O grau de interesse antagônico ao primeiro é de rejeição (-), quando há um custo atribuível à realização da jogada, gera um conflito com aqueles que a apoiam e possibilidade de cooperação com aqueles que a rejeitam: o ator empregará sua vontade e força para impedir que a jogada seja realizada. A última é a indiferença (0), quando o ator não toma posição.



Além dessas três posições, Matus (2005) afirma que, devido à complexidade do jogo social, há importantes nuances. Portanto, o autor afirma a existência de graus de apoio ou rejeição que podem ser, às vezes, posições transparentes (grau de interesse aberto), e outras, posições mascaradas (grau de interesse oculto). Conforme Matus (2005, p. 375), “Ocultar ou manifestar sinceramente as posições são recursos do jogo social”. Os conceitos de Carlos Matus, aqui brevemente apresentados, foram centrais para a identificação dos atores e fatos sociais, e para as análises que se objetivou realizar. No próximo item são apresentados os procedimentos metodológicos adotados nas análises.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse estudo de natureza qualitativa, recorreu-se à pesquisa bibliográfica para a coleta dos dados. Foi realizada uma delimitação temporal para essa coleta: os anos completos de 2002 a 2005. Isto porque a partir dos estudos que versam sobre o processo, constatou-se que em 2002 iniciaram as reuniões de apresentação do texto da Convenção-Quadro e suas contestações no VRP. No ano posterior, 2003, iniciou o processo de ratificação brasileira, que se estendeu até outubro de 2005 quando o Governo firmou o tratado.

As principais fontes consultadas foram os jornais de maior circulação na região do VRP: Gazeta do Sul, do município de Santa Cruz do Sul, Folha do Mate, do município de Venâncio Aires; e também a revista “Anuário Brasileiro do Tabaco”, que traz informações relacionadas ao setor produtivo do tabaco. Além disso, foram coletados dados em outros estudos relacionados ao tema, sítios eletrônicos de órgãos ligados à saúde e suas publicações; sítios eletrônicos de ministérios do Governo Federal, de organizações de representantes dos agricultores e das indústrias fumageiras, além de entidades que fornecem dados demográficos e de produção agrícola.

Quanto aos jornais citados, foi realizada leitura de todas as edições publicadas desde o início de 2002 até o final do ano de 2005, e selecionadas as matérias que se relacionavam ao tema da fumicultura. Posteriormente, foi produzido um relato em ordem cronológica. Embora o período analisado esteja diretamente ligado às negociações da Convenção-Quadro, os dados coletados e analisados não se restringiram ao Tratado, mas contemplam todas as discussões sobre a fumicultura



no VRP realizadas naquele período.

Na análise dos dados foram identificados e caracterizados vinte e um atores sociais interessados no jogo social da fumicultura no VRP. Essa identificação foi feita a partir dos requisitos apontados por Matus (1996b) para que fossem considerados como atores sociais. Além disso, foram indicados os recursos de poder de que dispõe cada ator social no jogo para produzirem jogadas. No relato foram identificados nove fatos sociais produzidos pelos atores. Os critérios para escolha desses fatos foram o volume de informações e os desdobramentos para o jogo social. Esses fatos sociais foram analisados tendo em visto os interesses dos atores sociais envolvidos e as acumulações ou desacumulações de recursos de poder de cada um deles. Após, foram sintetizadas as relações de conflito e cooperação entre esses atores durante o período, o que permitiu atender ao objetivo da pesquisa de identificar os interesses nas jogadas produzidas pelos atores sociais interessados na fumicultura no VRP durante o período de 2002 a 2005. Tais informações, análises e sínteses são apresentadas na sessão a seguir.

A PRODUÇÃO SOCIAL E OS INTERESSES EM DISPUTA NO JOGO SOCIAL DA FUMICULTURA NO VALE DO RIO PARDO ENTRE 2002 E 2005

Ainda no início das discussões no VRP sobre um possível tratado internacional de saúde pública, a AFUBRA protagonizou relações de cooperação com os representantes da indústria, a Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO), e SINDIFUMO. Devido à sua influência na região, a AFUBRA conseguiu convencer seus associados de que a CQCT acabaria com a fumicultura. Para isso, não apresentou as possibilidades de financiamentos de reconversão produtiva que eram previstos nas negociações do Tratado. A Associação combateu todas as propostas de constituição de fundos de financiamento a serem utilizadas por fumicultores que desejassem migrar de atividade econômica, cooperando com os interesses da indústria do tabaco (Reetz, 2002b, p. 11).

A imprensa corporativa do VRP, aqui representada pela Empresa Jornalística Folha do Mate LTDA. e o Grupo Gazeta de Comunicações LTDA., teve papel importante de cooperação com esses atores contrários à CQCT: ofereceu espaços de fala e veiculou reportagens que enalteciam o setor produtivo do tabaco e posicionavam-se contrárias à explicação situacional dos atores que defendiam



medidas antitabagistas e a migração da matriz econômica regional da fumicultura para outras atividades, já que existem alternativas como demonstram estudos desenvolvidos (Vargas e Oliveira, 2012; Zanchi, Rudnicki e Etges, 2017). Outros atores sociais que representavam os agricultores e municípios fumicultores, como a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FETAG), Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), *International Tobacco Growers' Association* (ITGA) também cooperaram com os representantes das indústrias naquele momento. Eles desejavam, com essa cooperação, defender a continuidade da fumicultura, o que significava a manutenção de seus filiados.

Já os atores sociais que estabeleceram relações de conflito com esses primeiros e cooperação entre si, manifestavam interesse de apoio à Convenção-Quadro por ver nela a possibilidade de enfrentar a indústria do tabaco e frear o tabagismo em escala mundial (Brasil, 2004). A OMS estabeleceu no Brasil relações de cooperação com o Ministério da Saúde, o Instituto Nacional do Câncer (INCA) e a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ), organização criada para implementação do Tratado pelo País. Também ativistas antitabagistas, como Paula Johns, protagonizaram relações de conflito com os atores que produziram jogadas movidas por interesse de rejeição à CQCT. A Presidência da República do Brasil também cooperava com esses últimos atores pois via no Tratado a possibilidade de participação do País em mais uma arena internacional de discussão. O Governo brasileiro, através de sua diplomacia, foi um dos principais protagonistas da constituição da CQCT, sendo a redação de seu texto presidida por embaixadores do Brasil em Genebra. Porém, ao mesmo tempo, a Presidência da República também cooperava com as operações da indústria do tabaco através de benefícios fiscais e financiamentos, seja motivada pela arrecadação de impostos, empregos, ou pela sua importância na balança comercial, já que quase 90% do fumo brasileiro é exportado (AFUBRA, 2023).

Em 17 de fevereiro de 2002, durante a 6ª Festa Municipal do Fumo, ocorrida no interior do município de Venâncio Aires, o então presidente da AFUBRA, Hainsi Gralow, realizou uma palestra intitulada “O fumo no mundo”. Na fala, Gralow mostrou-se preocupado com a constituição de um tratado antitabagista proposto pela diretoria da OMS e apoiado pelo Ministério da Saúde do Brasil.



Para ele, o instrumento causaria o desmonte do setor fumageiro no país. Na ocasião, foi redigida uma carta na presença dos fumicultores, endereçada à sociedade e autoridades políticas brasileiras e acompanhada de um abaixo-assinado coletado no local do evento e, posteriormente, em todo o VRP (Tesche, 2002, p. 6).

A imprensa corporativa do VRP publicou a carta e seus desdobramentos fazendo duras críticas a órgãos de saúde e organizações antitabagistas, e passou a veicular matérias que reforçavam a ideia de que esses atores e o Poder Executivo brasileiro estavam contra o fumicultor (Reetz, 2002a, p. 8; REUNIÃO..., 2002). A partir de então, foram publicadas diversas reportagens que veiculavam a análise situacional das indústrias de fumo e seu sindicato (SINDIFUMO), assim como de outros atores fumicultores com interesse na manutenção das genoestruturas do jogo social, como prefeitos e FAMURS. Tais reportagens omitiam o debate sobre tabagismo e saúde pública.

Ainda em meio às negociações do texto da Convenção-Quadro, pessoas de organizações antitabagistas de todo o mundo, incluindo a ONG Tabaco Zero, dirigida por Paula Johns, denunciaram as tentativas de indústrias fumageiras de influenciar alguns estados-membros da ONU para enfraquecerem o acordo. A ONG também denunciou que no Brasil os fumicultores, especialmente do Rio Grande do Sul, eram influenciados para a contestarem o Tratado.

Naquele momento, podem ser observadas relações de conflito entre fumicultores por meio da AFUBRA, seus sindicatos de representação, FETAG e FARSUL; e organizações antitabagistas e órgãos e Ministérios do Governo Federal favoráveis à constituição da CQCT. Dentre esses atores relacionados ao Governo Federal estão o Ministério da Saúde, INCA, a CONICQ e, até mesmo, a Presidência da República que manifestavam seu interesse de apoio à constituição do Tratado, e utilizavam seus recursos de poder para produzir fatos guiados por sua situação. A Carta Aberta, dirigida às autoridades e sociedade, produziu acumulações no processo de produção social para os atores com interesse de apoio ao fato social. Embora redigida pelo presidente da AFUBRA em conformidade com seu interesse e dos atores com quem estabeleceu relações cooperativas, a carta foi legitimada por assinaturas de um grande número de fumicultores e pela sociedade da região.

Concomitante à discussão no VRP sobre a Convenção-Quadro, ocorria uma negociação para definição dos preços a serem praticados na compra do fumo pelas empresas fumageiras.



Essa negociação anualmente era feita entre o SINDIFUMO, representando a Indústria do tabaco, e AFUBRA, FETAG e FARSUL que eram reconhecidos por esse primeiro ator como os representantes legítimos dos fumicultores. O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), então recém-constituído na região do VRP, não tinha direito a participar das reuniões de negociação. O Movimento estabeleceu relações de conflito com os atores que definiam os preços ao questionar o baixo preço pago pelo tabaco e a exploração do trabalho dos fumicultores pelas empresas (Schneider, 2003, p. 5). Promoveu mobilizações de agricultores e foi imediatamente criticado pela imprensa corporativa do VRP por ter feito uma marcha e ocupado a propriedade privada de uma empresa fumageira e do SINDIFUMO (Invasões..., 2003, capa). As reivindicações feitas pelo MPA em fevereiro de 2003 eram: melhorias no preço pago ao fumicultor com adicional de insalubridade pelo manuseio de agrotóxicos; participação do Movimento nas negociações do preço do fumo; renegociação das dívidas; classificação do produto na propriedade rural; liberdade para o agricultor adquirir insumos fora do SIPT; e a migração do modelo tecnológico utilizado para a produção orgânica (Oliveira, 2003, p. 10).

Todas as reivindicações feitas pelo MPA foram negadas. A cooperação da imprensa da região ao manifestar rejeição de mais uma jogada com custo atribuível à indústria do tabaco demonstra a subordinação de suas opiniões a ela. A direção da AFUBRA, da FETAG e da FARSUL permaneceram indiferentes nessa jogada, apesar de os produtores não terem obtido reajuste maior do que 29% sobre o preço do fumo, o que, de acordo com os fumicultores não cobriu nem a elevação do custo de produção. Diretores dessas três entidades representativas continuaram tentando negociar com a direção do SINDIFUMO, porém, sem apoiar qualquer mobilização de contestação por parte dos fumicultores e MPA. Similar omissão por parte da AFUBRA e da FETAG já havia sido relatada na pesquisa de Etges (1991) sobre grupos organizados de luta que surgiram na segunda metade da década de 1980 na região. Tais entidades contribuem para manter as regras do jogo social mais ou menos inalteradas, com as taxas de lucro das indústrias e a manutenção da fumiicultura nos moldes do SIPT.

No final do mês de maio de 2003, já nas últimas semanas de comercialização de fumo naquele ano, houve uma valorização superior aos preços anteriormente ofertados pelas indústrias do tabaco. Segundo os representantes das empresas, isto ocorreu devido ao volume produzido de fumo abaixo do esperado, e às demandas do mercado consumidor que elevaram a procura pelo tabaco



brasileiro. Além da supervalorização tardia, as quantidades contratadas entre empresas e agricultores não foram obedecidas, pois as indústrias passaram a adquirir o produto também de concorrentes e atravessadores. A atitude desagradou as diretorias das entidades com recursos legais para negociação de preço (AFUBRA, FETAG e FARSUL), pois grande parte dos agricultores havia comercializado todo o seu tabaco por um valor cerca de 50% abaixo do então ofertado, e as empresas negaram-lhes pagar qualquer complemento. Esse foi o primeiro fato social evidenciado no jogo em que os dirigentes daquelas organizações estabeleceram relações de conflito com o SINDIFUMO.

A situação de descumprimento de contratos de compra e venda e dos preços tabelados pelas indústrias do fumo conduziu à iminência do final do Sistema Integrado, de acordo com a imprensa corporativa do VRP. Essa possibilidade levou o presidente da FETAG a anunciar a constituição de uma cooperativa de fumicultores caso o fato viesse a se concretizar. O presidente do SINDIFUMO, através de sua explicação situacional, rebateu as ameaças dos fumicultores insatisfeitos afirmando que o maior prejudicado de um rompimento do SIPT seria o produtor, que não mais teria a compra garantida dos volumes de fumo contratados. O sindicato das indústrias imediatamente publicou uma nota de esclarecimentos no final de maio de 2003, rebatendo as críticas e informando sua posição de não estar aberto a negociações (Comunicado..., 2003, p. 7). Houveram manifestações organizadas pela FETAG, que acumulou recursos políticos e organizacionais no fato social.

Em 2004, os agricultores ligados ao MPA protagonizaram intensas manifestações requerendo aumento de preço do tabaco, melhores condições de trabalho e também o reconhecimento do Movimento como representante legítimo com direito de participar das negociações perante o SINDIFUMO. Houve confrontos entre manifestantes e policiais, que resultaram na expulsão violenta dos fumicultores e em alguns feridos. A truculência das forças policiais foi justificada por uma liminar de interdito proibitório concedida ao SINDIFUMO que garantia imediata reintegração de posse caso a propriedade de alguma empresa fosse ocupada (Manifestantes..., 2004, p. 11). Durante toda a safra seguiram as manifestações e até mesmo boicotes de comercialização do tabaco que foram incentivados pelo MPA e pela FETAG. Sem surtir nenhum efeito, solicitações de apoio nas negociações foram feitas ao Governo Federal por diversos atores sociais que representavam os agricultores e por Albino Gewehr, ator social que contestava a injusta relação de poder entre produtores e empresas.



O SINDIFUMO negou qualquer aumento nos preços praticados pelas empresas e afirmou que um reajuste no valor pago pelo tabaco inviabilizaria a fumicultura brasileira, já que era o baixo custo de aquisição do produto que tornava a atividade competitiva no País. O MPA, apesar de todo o esforço e de ter acumulado recursos políticos e organizacionais com essas jogadas, não conseguiu avançar no sentido de ser reconhecido como representante dos agricultores frente ao SINDIFUMO. O reconhecimento nas negociações de um movimento social com a análise situacional do MPA poderia gerar novos fatos no jogo social com prejuízos às estratégias de acumulação de capital pelas indústrias. A análise situacional do Movimento desafiava as regras daquele sistema integrado de produção (SIPT): utilização de agroquímicos, precariedade da contratação de trabalho entre empresa e agricultor, dentre outros.

A ratificação brasileira à CQCT foi aprovada na Câmara dos Deputados em maio de 2004, mas a imprensa corporativa do VRP ignorou a tramitação da matéria e sua aprovação. Entretanto, assim que o Projeto de Decreto Legislativo ingressou no Senado, a direção da AFUBRA publicou um comunicado alarmista sobre a suposta catástrofe que a aprovação da Convenção-Quadro significaria (Querem..., 2004, p. 5). A Associação afirmou, na nota, que todos os empregos que esse setor produtivo gerava no país seriam extintos e o caos social só poderia ser evitado com a mobilização das pessoas dessas localidades contra a CQCT. As manifestações deveriam ser feitas através de mensagens dirigidas a senadores e à Presidência da República. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul garantiu aos representantes das indústrias do fumo que também faria *lobby* junto às instâncias federais (Müller, Tescher e Silva, 2004, p. 6).

A partir das edições que estamparam esse comunicado em ambos os jornais consultados, a imprensa corporativa do VRP passou a noticiar com frequência os trâmites da matéria no Congresso Nacional e veicular a explicação situacional dos atores com interesse de rejeição à CQCT. Com esse fato social, milhares de manifestações chamaram a atenção dos senadores e do Governo Federal. A imprensa da região divulgava com destaque a explicação situacional dos atores sociais contrários à CQCT e criticava abertamente os órgãos de saúde e movimentos sociais que lutavam pela aprovação do acordo (Müller, Tescher e Silva, 2004, p. 6). Consolidou-se na região a ideia de que a CQCT deveria ser combatida sem discussões; toda manifestação de interesse de apoio à ratificação do Tratado era combatida.



Como reflexo das manifestações contra a Convenção-Quadro vindas do VRP, a Comissão de Relações Exteriores do Senado decidiu realizar pela primeira vez na história audiências públicas fora de sua sede, em regiões produtoras de tabaco. Essa Comissão admitiu que já possuía um parecer pela aprovação da ratificação da CQCT, mas que devido às pressões dos agricultores iria verificar *in loco* a situação antes de emitir decisão e encaminhar a matéria para votação na plenária do Senado Federal (Müller, Tescher e Silva, 2004, p. 6).

O interesse da indústria do tabaco e dos atores sociais que a representavam era exatamente esse: que fosse realizada a produção social conforme seu interesse, sem vincular às empresas e sim às pessoas mais vulneráveis a um possível impacto negativo na fumicultura: os agricultores. Assim, garantiria a continuidade de obtenção de altas taxas de lucro e ainda se reaproximava dos atores sociais que representavam os fumicultores, com os quais havia estabelecido relações de conflito conforme fatos sociais anteriores, relatados nos parágrafos acima.

Devido às audiências terem ocorrido em territórios produtores de tabaco, a maior parte do público presente era contrário à adesão brasileira ao Tratado internacional. A mobilização para que os fumicultores lotassem as audiências foi feita pelos representantes dos agricultores com interesse contrário à aprovação da CQCT no País e pela Indústria do tabaco. Essa última, que produzia jogadas nos bastidores da discussão, inclusive fretou ônibus para levar os agricultores até as audiências públicas (Caríssimi, 2004, p. 13). Nos eventos, discursaram atores sociais com diferentes análises situacionais. Aqueles contrários à ratificação brasileira à CQCT argumentavam pela perda de empregos e a inexistência de uma atividade substitutiva à fumicultura, e eram aplaudidos; já os atores sociais que insistiam na urgência em aprovar o Tratado para frear a epidemia do tabagismo e para que os agricultores tivessem acesso à cooperação internacional para migrarem de atividades eram vaiados (Müller, 2004, p. 6). No fato social ligado à ratificação brasileira da Convenção-Quadro, o MPA cooperou com os representantes das indústrias e demais entidades ligadas aos agricultores, se posicionando contra o tratado, muito embora criticando a exploração do trabalho dos produtores rurais e o Sistema de Produção. Essas posições ficam claras em falas de integrantes do Movimento (ETGES, 2004a, p. 18; ETGES, 2004b, p.20). A sensibilização dos atores sociais quanto à situação dos fumicultores adiou a ratificação brasileira ao Tratado, produzindo mais um ano e meio de debates no Senado Federal.



A assessoria de comunicação do SINDIFUMO e a imprensa corporativa do VPR afirmavam que o parecer do relator da matéria, Heráclito Fortes, seria contrário à ratificação. Porém, uma declaração interpretativa do Tratado internacional elaborada por ministérios do Poder Executivo brasileiro direcionou sua decisão. Nela, o Governo Federal deu garantias de que, em caso de aprovação do projeto pelo Senado Federal, a fumicultura não seria restringida no Brasil (Machado, 2005, p. 10). Como Albino Gewehr já havia afirmado durante todo o processo de ratificação, o texto da Convenção-Quadro não previa essa restrição aos signatários, só que o Senado esperava essa legitimação do Poder Executivo.

A Presidência da República do Brasil, que desde o início das tratativas manifestou interesse de apoio à ratificação do Tratado, se comprometeu a manter, através de diversos ministérios, um programa de assistência aos fumicultores. Esse programa auxiliaria a migração para atividades economicamente mais viáveis para os produtores de tabaco que a desejassem (ETGES, 2005, p. 19). Com isso, o governo brasileiro agradou atores com diferentes posições de interesse. Ao mesmo tempo, separou, em sua análise, produção de consumo: afirma continuar apoiando o setor produtivo do tabaco enquanto promoveria medidas de redução do tabagismo. Dessa forma, cooperava com a indústria transnacional do tabaco, que representa uma importante fonte de arrecadação de impostos aos cofres públicos; e participava de um acordo que auxiliou a constituir por meio de seus embaixadores, e que colocava o Brasil em mais uma arena de discussões internacionais. A matéria foi aprovada no plenário do Senado Federal em 27 de outubro de 2005. A assinatura brasileira e a declaração interpretativa foram depositadas junto à OMS, em Genebra. (Machado, 2005, p. 10).

Feito o relato de atores sociais, seus interesses e jogadas, e fatos sociais do jogo, no próximo item será apresentada uma síntese das relações de conflito e de cooperação no jogo social.

SÍNTESE DAS RELAÇÕES DE CONFLITO E DE COOPERAÇÃO NO JOGO SOCIAL

A análise dos atores sociais e dos interesses em disputa revelou, dentre outras constatações abaixo discutidas, a alteração de posições de conflito e cooperação em diferentes fatos sociais, como pode ser visualizado no Quadro 01, que sintetiza as jogadas no período analisado.



Quadro 1 | Síntese das relações de conflito e cooperação entre os atores sociais*

FATO SOCIAL	APOIO (+)	INDIFERENÇA (0)	REJEIÇÃO (-)
Constituição da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT)	CONICQ / INCA MINISTÉRIO DA SAÚDE OMS / PAULA JOHNS PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		ABIFUMO / AFUBRA / FAMURS FARSUL / FETAG IMPrensa VRP ITGA / SINDIFUMO
Carta aberta da AFUBRA e fumicultores às autoridades sobre o Tratado internacional antitabagista	AFUBRA / FAMURS FARSUL / FETAG IMPrensa VRP SINDIFUMO		CONICQ / INCA MINISTÉRIO DA SAÚDE OMS / PAULA JOHNS PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Contestações dos fumicultores em 2003	MPA	AFUBRA / FARSUL FETAG	IMPrensa VRP SINDIFUMO
Contestações ao preço do fumo na comercialização final da safra 2003	AFUBRA / FARSUL FETAG	MPA / IMPrensa VRP	SINDIFUMO
Contestações dos fumicultores na safra 2004	AFUBRA / ALBINO GEWEHR FAMURS / FARSUL FETAG / MPA		IMPrensa VRP SINDIFUMO
Tentativas de votação do projeto de ratificação à CQCT pelo Senado Federal	CONICQ / INCA MINISTÉRIO DA SAÚDE OMS / PAULA JOHNS PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SENADO FEDERAL		ABIFUMO / AFUBRA FAMURS / FARSUL GOVERNO DO RS IMPrensa VRP ITGA / MPA / SINDIFUMO
Campanha no VRP contra a ratificação da CQCT	AFUBRA / FAMURS / FARSUL FETAG / IMPrensa VRP / SINDIFUMO	SENADO FEDERAL	ALBINO GEWEHR / CONICQ INCA / MINISTÉRIO DA SAÚDE OMS / PAULA JOHNS
Rejeição à CQCT nas audiências públicas nos estados produtores de tabaco	AFUBRA / FAMURS FARSUL / FETAG IMPrensa VRP SINDIFUMO		ALBINO GEWEHR / CONICQ DIOCESE DE SANTA MARIA SENADO FEDERAL / FETRAF-SUL MINISTÉRIO DA SAÚDE MPA / PAULA JOHNS / INCA
Ratificação brasileira à Convenção-Quadro	ALBINO GEWEHR / OMS CONICQ / DIOCESE DE SANTA MARIA / FETRAF-SUL / INCA / MPA MINISTÉRIO DA SAÚDE / PAULA JOHNS / PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SENADO FEDERAL		ABIFUMO / AFUBRA FAMURS / FARSUL FETAG / GOVERNO DO RS IMPrensa VRP ITGA / SINDIFUMO

Fonte: Autoria própria (ano de publicação)

* Os diferentes Graus de Interesse na Teoria de Produção Social de Carlos Matus são Aberto e Oculto. No quadro, eles são identificados no quadro através de formatação das fontes, sendo: Aberto com fonte normal; e Oculto com fonte tachada, como no exemplo: ~~Oculto~~.



Conforme relações evidenciadas no Quadro 1, atores sociais que representavam os fumicultores e as indústrias fumageiras cooperaram entre si e contra organizações governamentais e antitabagistas em fatos sociais relacionados à CQCT. Já nas negociações de reajuste do fumo os atores que representavam os fumicultores colaboraram entre si e foram contrários a representação da indústria, ao contestarem a posição do SINDIFUMO de oferecer aumentos muito aquém do solicitado. A AFUBRA e a FARSUL limitaram sua relação de conflito com o Sindicato às mesas de negociação, enquanto MPA e FETAG incentivaram manifestações e a realização de boicotes às empresas. Quanto a esses últimos fatos, a imprensa corporativa do VRP manifestou interesse de rejeição e cooperou com o SINDIFUMO, devido a reflexos na economia regional, que poderiam prejudicar seus negócios.

Após o anúncio de que a Convenção-Quadro poderia ser aprovada pelo Senado Federal em caráter de urgência, novamente os atores representantes dos fumicultores e das indústrias passaram a estabelecer relações de cooperação para barrar a ratificação brasileira ao Tratado. O Governo gaúcho e a FAMURS, que em nenhum momento manifestaram interesses nos impasses de negociações entre os agricultores e as empresas, demonstraram preocupação com o futuro da fumicultura e, neste fato social, cooperaram com os atores ligados à cadeia produtiva do tabaco. A FETAG, que havia ratificado a decisão de não mais voltar a negociar com o SINDIFUMO, no mesmo ano já manifestou interesse em cooperar com o Sindicato e também participou em reuniões de negociações de preço com o representante das empresas fumageiras. Com isso, os atores que representam os fumicultores auxiliaram a indústria do tabaco e também mantiveram sua representatividade junto aos produtores de tabaco, seus associados ou filiados. Esses representantes dos agricultores estabeleceram relações de conflito com atores que defendiam a ratificação brasileira à CQCT, como o Ministério da Saúde, INCA, CONICQ, a ativista Paula Johns e o Governo Federal do Brasil, que ao mesmo tempo demonstrava preocupação com a questão de saúde pública e com reflexos na economia.

A AFUBRA, FETAG e FARSUL não cooperaram com o MPA em algumas jogadas pois desejavam manter-se como as únicas representantes com direito de responder pelos fumicultores nas negociações com o SINDIFUMO. As contestações do Movimento contra as indústrias ultrapassavam a negociação de reajuste e criticavam as condições de trabalho, riscos ocupacionais e aspectos do Sistema Integrado. O MPA, no último ano analisado, não voltou a cooperar com a indústria do tabaco e seus

representantes no que concerne a fatos sociais relacionados com a Convenção-Quadro. Assim como Albino Gewehr, a Diocese de Santa Maria e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), o MPA passou a defender a ratificação à CQCT para que os fumicultores brasileiros pudessem acessar recursos de cooperação internacional e migrar para outras atividades, caso desejassem. Tal alteração da posição de relações de conflito e cooperação do MPA nesse fato social demonstra a dinâmica do jogo social, com os atores podendo alterar seu grau de interesse em cada jogada (Matus, 2005). Já os demais atores representantes dos fumicultores cooperaram com o SINDIFUMO no sentido de rejeitar a Convenção-Quadro até o final do período analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo respondeu quais foram os interesses manifestados pelos atores sociais interessados na fumicultura no Vale do Rio Pardo (VRP) nos anos de 2002 a 2005. O período analisado contemplou desde a constituição do texto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) e início de sua discussão no VRP até sua ratificação pelo Brasil. Buscou na construção teórica de Carlos Matus os subsídios para identificar os atores sociais e os fatos sociais que permitiram analisar os interesses no jogo. A partir disso, foram analisados os interesses manifestados em cada fato social identificado e, conseqüentemente, as relações de conflito e cooperação evidenciadas nas jogadas.

Foi possível observar diferentes interesses em disputa no jogo, atribuindo as características apontadas por Matus no que se refere à situação de cada jogador, e da existência de relações entre atores sociais que podem ser transitoriamente conflituosas e cooperativas. Além dos processos de constituição e de ratificação da CQCT, foram identificados fatos sociais ligados a interesses conflitantes entre fumicultores e a indústria do tabaco, que também dizem respeito a esse jogo social e, por isso, foram analisados. Os nove fatos sociais no período foram identificados com base em sua relevância no jogo e a existência de interesses em disputa. Esses acontecimentos foram sintetizados e foram identificados os atores neles interessados, o conteúdo desse interesse e as relações de cooperação e conflito.

Essas características evidenciadas no jogo social são a principal contribuição teórica do estudo para o tema das relações existentes entre os atores interessados na fumicultura na região e no País.



Ao contrapor um quadro de análise de relações de poder determinista, o estudo pôde identificar relações transitórias de conflito e cooperação entre atores de um jogo social, relações nas quais os interesses específicos de cada ator social e seus recursos de poder acumulados indicam o caminho de suas jogadas em cada momento do jogo.

Segundo Faé e Flores (2012, p. 409), “as diversas regiões necessitam dar respostas às demandas econômicas e sociais que emanam de uma determinada estrutura definida em termos globais”. Por outro lado, os autores entendem que os discursos oficiais e midiáticos apresentam “uma perspectiva que distorce a realidade ao apontar como origem uníssona dos problemas a falta de investimentos externos e tomar como parâmetro para o desenvolvimento da região o crescimento econômico” (Faé e Flores, 2012, p. 410). Assim, o estudo aponta para possíveis contribuições da Teoria da Produção Social de Carlos Matus para articular os temas da gestão (através da análise das estratégias que diferentes atores sociais adotam em suas jogadas) e do desenvolvimento regional, que poderá ser o resultado momentâneo das diferentes jogadas que se dão em um jogo social, configurando fenoestruturas e, mais eventualmente, genoestruturas. Tal jogo social pode ser articulado com um entendimento que Harvey (2005) dá para a região como o “resultado de ordenações espaço-temporais sistêmicas e suas relações com aspectos geográficos, históricos e culturais de cada região” (Faé e Flores, 2012, p. 431).

A principal limitação dessa pesquisa foi não ter identificado o valor atribuído por cada ator em cada jogada, o que se deu em virtude da quantidade de atores sociais identificados no jogo social em estudo. Devido a isso, não foi possível verificar a motivação de cada ator nos fatos sociais identificados, que seria requisito principal para analisar a produção social realizada. Essa análise poderá ser feita em estudos futuros com base nos resultados obtidos na presente pesquisa e gerar uma análise mais aprofundada no impacto das jogadas de cada ator.

Dentre as contribuições dessa pesquisa, a análise dos interesses em disputa nesse jogo social possibilitou compreender o porquê da ideia propagada no VRP de que a Convenção-Quadro tinha como objetivo proibir a fumicultura no Brasil. A partir de jogadas produzidas por atores sociais, em especial pela AFUBRA e pela imprensa corporativa regional, a explicação situacional desses atores foi a única divulgada na região. Esses resultados podem servir de subsídios para elaboração



e planejamento de Políticas Públicas de controle de tabagismo associado com o intercâmbio de problemas que, como consequência, podem afetar negativamente os fumicultores.

O estudo traz indicações para compreender a situação dos fumicultores da região diante da possibilidade de migrar para outras atividades agrícolas. A própria Associação dos Fumicultores, embora defenda uma produção diversificada nas propriedades agrícolas, manifestou interesse de rejeição às propostas de criação de fundos e impostos especiais para financiar a reconversão produtiva. Deste modo, a AFUBRA atua no jogo social de forma coerente por ser uma entidade que se mantém e obtém lucro em função da fumicultura. Além disso, possui amplas capacidades de produção social que utiliza em fatos sociais com relações cooperativas com a indústria do tabaco com interesse de apoiar a continuidade do polo de produção de fumo na região do Vale do Rio Pardo, local em que possui sua sede no País.

Os representantes dos fumicultores nas instâncias de negociação com as indústrias (AFUBRA, FETAG e FARSUL) mostram-se satisfeitos com o sistema integrado, não o contestando, e mantendo-se desde então como as únicas organizações com recursos de poder políticos e legais para tal representação. O MPA pretendia produzir outros fatos sociais que extrapolariam a mera discussão de reajuste de preços. Essa possibilidade preocupava as indústrias e os atores acima citados, que também estavam confortáveis com a situação posta. Dentre os pontos de questionamento do MPA, é possível destacar as questões de precarização das relações de trabalho, além dos riscos à saúde dos fumicultores. Apesar de ser sistematicamente analisado pela comunidade científica regional, este tema não foi abordado pela imprensa corporativa do VRP em nenhum momento do período analisado. Conclui-se daí que a comunidade científica foi ignorada pelas fontes de coleta de dados no que se refere às relações entre saúde pública e fumicultura, estudos de viabilidade de reconversão de produto, dentre outras contribuições.

Através dos dados analisados é possível afirmar que a baixa remuneração dos fumicultores pela indústria é contestada de forma muito limitada por seus representantes legítimos. As empresas e o SINDIFUMO deixam claro que a fumicultura brasileira é estrategicamente viável pelo fato de a indústria conseguir adquirir sua matéria-prima a baixo custo através do sistema de produção integrado. Uma vez que essas entidades dependem dessa atividade econômica para manter seus



filiados e associados, cooperam com o interesse da indústria do tabaco no País.

A categoria “fumicultores” não foi identificada nesse estudo como um ator social por não atender aos requisitos de Matus (1996b) para tal, principalmente no que se refere à organização estável que lhes permitiria atuar com o peso de um coletivo. No período analisado, não foi possível observar a constituição de um grupo organizado, criado e formado por fumicultores para produzir fatos orientados por seus interesses no jogo. As mobilizações foram protagonizadas por federações, sindicatos e movimentos sociais que não foram constituídos por fumicultores ou para defender suas pautas. Apenas através de sua organização os agricultores poderão fazer frente à subordinação e à exploração a que estão submetidos pela indústria do tabaco, legitimadas pelos atores sociais que supostamente os representam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFUBRA. Associação dos Fumicultores do Brasil. Fumicultura no Brasil. Disponível em <<http://www.afubra.com.br/fumicultu-ra-brasil.html>>. Acesso em 07 jul. 2023.

BARRAGÁN-MARTÍNEZ, J. C. Procesamiento tecnopolítico y juego macroorganizativo del fin del conflicto armado en Colombia (2010-2020). Análisis de la producción social en el Acuerdo Final de Paz. 2023. Dissertação (mestrado em Ciência Política) - Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2023. Disponível em <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/84059>. Acesso em 10 jul. 2023.

BOEIRA, S. L. Atrás da cortina de fumaça: Tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica. Itajaí: Univali, 2002.

_____. Indústria de tabaco e cidadania: confronto entre redes organizacionais. Revista de Administração de Empresas - RAE. São Paulo, v. 46, n. 3, p. 28-41, Set. 2006.

BRASIL. INCA. Instituto Nacional do Câncer José Alencar. Por que aprovar a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco? INCA: Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Senado Federal. Produtores de fumo lembram que setor gera 2,4 milhões de empregos. Brasília, DF: Senado Federal, 26 set. 2005. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2005/09/26/produtores-de-fumo-lembram-que-setor-gera-24-milhoes-de-empregos>> Acesso em: 07 jul. 2023

BUAINAIN, A. M; SOUZA FILHO, H. M. Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

CARÍSSIMI, J. Venâncio dá exemplo de civilidade. Folha do Mate, Venâncio Aires, ano 33, n. 3.162, 10 dez. 2004. Rural, p. 13.

COMUNICADO. Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, ano 59, n. 101, 29 mai. 2003. Rural, p. 11.

EICHLE, M. L.; TROIAN, A. “Somente os mais fracos ficam doentes”: a utilização de agrotóxicos por agricultores de tabaco da comunidade Cândido Brumm, de Arvorezinha (RS). Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 5, n. 3, p. 116-139, set-dez/2009.



ETGES, E. Despreparo. Folha do Mate, Venâncio Aires, ano 32, n 3.138, 17 set. 2004a. Geral, p. 18.

_____. Audiências com Senadores foram fundamentais para adiar votação. Folha do Mate, ano 32, n 3.138, 17 set. 2004b. Geral, p. 20.

_____. MDA apresenta proposta que não implica na proibição do tabaco. Folha do Mate, Venâncio Aires, ano 34, n. 3.253, 28 out. 2005. Rural, p. 19.

ETGES, V. E. *Sujeição e Resistência: Os Camponeses Gaúchos e a Indústria do Fumo*. Santa Cruz do Sul: Editora da FISC, 1991.

ETGES, V. E. *et al.* (2002, novembro). O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS. *Textual*. v.1 n.1, p.14-21.

FAÉ, R.; FLORES, R. K. Os limites do desenvolvimento regional e as possibilidades abertas pela abordagem dialética proposta por David Harvey para compreender uma região. *Gestão e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 6, n. 15, p. 407-435, 2012.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

INVASÕES marcam a estréia do MPA nas negociações do fumo. Folha do Mate, ano 31, n. 2.902, Venâncio Aires, 14 fev. 2003. Capa.

MACHADO, D. Senado aprova a Convenção-Quadro. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, ano 61, n. 236, 28 out. 2005. *Economia*, p. 11.

MATUS, C. *Adeus, senhor presidente*. São Paulo: FUNDAP, 1996a.

_____. *Chimpanzé, Maquiavel e Ghandi: estratégias políticas*. São Paulo: Fundap. 1996b.

_____. *Política, planejamento & governo*. 3. ed. Brasília: Ipea, 1997.

_____. *Teoria do jogo social*. São Paulo: Fundap, 2005.

MÜLLER, I. Relator pede comissão para analisar tema. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, ano 60, n. 270, 07 dez. 2004. *Geral*, p. 6.

MÜLLER, I.; TESCHE, O.; SILVA, S. Setor tenta evitar a Convenção-Quadro. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, ano 60, n. 198, 14 set. 2004. *Geral*, p. 6.

NORHIA, N. Introduction: is a network perspective a useful way of studying organizations: In: NORHIA, N.; ECCLES, R. (ed.). *Networks and organizations: structure, form and action*. Boston: Harvard Business School Press, 1992.

OLIVEIRA, C. MPA pressiona fumageiras com marcha em defesa do fumicultor. Folha do Mate, Venâncio Aires, ano 31, n. 2.902, 14 fev. 2003. *Rural*, p. 10.

POWELL, W. W.; SMITH-DOERR, Laurel. Networks and economic life. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard (Ed.). *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University, 1994, p. 368-402.

REETZ, E. Recorde na produção de fumo está assegurado para essa safra. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, ano 58, n. 42, 16 mar. 2002a. *Rural*, p. 8.

_____. OMS discute acordo para controle do tabaco. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, ano 58, n. 218, 16 out. 2002b. *Rural*, p. 11.

SCHNEIDER, S. José Bové diz que o fumicultor é submisso. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, ano 59, n. 306, 27 jan. 2003.



Rural, p. 5.

TESCHE, O. Produtores de fumo elaboram carta aberta. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, ano 58, n. 20, 19 fev. 2002. Regional, p. 6.

TROIAN, A.; EICHLE, M. L; DAL SOGLIO, F. K. A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) nas percepções de produtores de tabaco e agentes de desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 10, n. 1, p. 281-304, jan-abr/2014.

VARGAS, M. A.; OLIVEIRA, B. F. Estratégias de diversificação em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 1, p. 175-192, jan./mar. 2012.

ZANCHI, V.; RUDNICKI, C. S.; ETGES, V. E. Roteiros de turismo rural: conflitos e contradições no Vale do Taquari/RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 13, n. 3, p. 102-118, set-dez/2017.

